

STJ00116124

MARCELO BARBOSA
SACRAMONE

Manual de
**Direito
Empresarial**

4ª edição
2023

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva PA

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dália Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Marisa Amaro dos Reis

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Flávio Tebzeira Quarazemin
Camilla Feix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cíntia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Reginaldo César S. Pedrosa

Revisão Willians Calazans

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VABNER RODOLFO DA SILVA – CFB-8/0418

S123m Sacramone, Marcelo Barbosa
Manual de direito empresarial / Marcelo Barbosa Sacramone. – 4. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.
600 p.
ISBN: 978-65-5362-628-7 (Impresso)
1. Direito. 2. Direito empresarial. I. Título.
2022-3832 CDD 346.07
CDU 347.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito empresarial 346.07
2. Direito empresarial 347.7

1231344

Data de fechamento da edição: 13-12-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 703183 CL 608147 CAE 818436

<i>Agradecimentos</i>	VII
-----------------------------	-----

Introdução	1
-------------------------	----------

1. Evolução histórica.....	1
1.1 A empresa e a unificação do Direito Privado.....	7
1.2 Da empresa ao mercado.....	9
2. Autonomia do Direito Empresarial	11
3. Conceito de direito empresarial e nomenclatura	12
4. Características do direito empresarial.....	13
5. Princípios do direito empresarial.....	14
a) Princípio da livre-iniciativa.....	14
b) Princípio da livre concorrência.....	15
c) Princípio da função social da empresa	16
d) Princípio da Intervenção mínima nos contratos	19
6. Fontes formais do direito empresarial.....	19

CAPÍTULO 1

Empresa e Empresário	21
-----------------------------------	-----------

1. A teoria da empresa	21
2. O conceito de empresário	23
3. Excluídos do conceito de empresário	26
3.1 Profissionais intelectuais	26
3.2 Produtores rurais.....	28
3.3 Sociedades simples.....	29
3.4 Sociedades cooperativas.....	30
4. Capacidade para ser empresário individual	31

5. Impedimentos aos empresários individuais.....	33
6. Espécies de empresários.....	34
6.1 Empresário individual de responsabilidade ilimitada	34
6.2 Sociedades empresárias	35
6.3 Empresa individual de responsabilidade limitada	36
6.4 Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)	38
7. Elementos de identificação do empresário	41
7.1 O nome empresarial	41
7.2 Proteção ao nome empresarial.....	45
8. Obrigações dos empresários	48
8.1 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis	48
8.1.1 Registro Público de Empresas Mercantis	50
8.1.1.1 DREI	50
8.1.1.2 Juntas Comerciais.....	51
8.1.1.2.1 Estrutura das Juntas Comerciais.....	53
8.2 Escrituração dos livros empresariais	54
8.3 Dever de levantar anualmente balanços patrimonial e de resultado econômico	56
8.4 A escrituração dos livros e o levantamento dos balanços patrimonial e de resultado econômico pelos Microempresá- rios e Empresários de Pequeno Porte.....	56
8.5 O sigilo dos livros comerciais.....	57
9. Empresário inativo	58
Quadro mnemônico.....	58

CAPÍTULO 2

0 Estabelecimento Empresarial.....	61
1. Conceito de estabelecimento empresarial.....	61
2. Atributos do estabelecimento empresarial	64
2.1 O aviamento	64
2.2 Clientela.....	65
3. O contrato de trespasse.....	66
3.1 Cláusula de não concorrência	68
4. Penhora de estabelecimento empresarial.....	70

5. Elementos de composição do estabelecimento empresarial ...	70
5.1 O ponto comercial	71
5.1.1 O ponto comercial no <i>Shopping Center</i>	74
5.2 O título do estabelecimento	75
5.3 Propriedade industrial	76
5.3.1 Patente	79
5.3.2 Invenção e modelo de utilidade	80
5.3.3 Legitimidade para o pedido de patente	83
5.3.4 Processamento do pedido de patente	85
5.3.5 Vigência e direitos	86
5.3.6 Cessão e licença voluntária	88
5.3.7 Licença compulsória	89
5.3.8 Extinção do direito de patente	91
5.4 Registro de desenho industrial	91
5.4.1 Requisitos para o registro	92
5.4.2 Legitimidade e procedimento	93
5.4.3 Proteção e vigência do registro de desenho industrial .	94
5.5 Marcas	95
5.5.1 Espécies de marcas	95
5.5.2 Legitimados para o pedido de registro	97
5.5.3 Requisitos para a concessão do registro	98
5.5.4 Procedimento para o registro	100
5.5.5 Proteção à marca	101
5.5.6 Vigência e extinção	103
5.5.7 Reconhecimento da nulidade do registro da marca .	104
5.6 Indicação geográfica	104
Quadro mnemônico	106

CAPÍTULO 3

Sociedades	109
1. Conceito de sociedade	109
2. Evolução histórica da sociedade	110
3. Ato constitutivo de sociedades	112

6.2.3.7.1	Dissolução parcial.....	153
6.2.3.7.1.1	Exclusão dos sócios.....	155
6.2.3.7.2	Dissolução total da sociedade.....	157
6.2.3.8	Liquidação.....	158
6.2.4	Sociedade em nome coletivo.....	161
6.2.4.1	Evolução histórica da sociedade em nome coletivo.....	161
6.2.4.2	Elementos da sociedade em nome coletivo.....	163
6.2.5	Sociedade em comandita simples.....	164
6.2.5.1	O surgimento histórico das sociedades em comandita.....	165
6.2.5.2	Elementos da sociedade em comandita simples.....	168
6.2.6	Sociedades limitadas.....	170
6.2.6.1	Disciplina jurídica.....	170
6.2.6.2	Natureza.....	171
6.2.6.3	Constituição.....	172
6.2.6.4	Sócios da sociedade limitada.....	173
6.2.6.4.1	Direitos dos sócios.....	174
6.2.6.5	Nome empresarial.....	176
6.2.6.6	Capital social.....	176
6.2.6.7	Quotas sociais.....	178
6.2.6.8	Órgãos sociais.....	179
6.2.6.8.1	Administradores.....	179
6.2.6.8.2	O Conselho Fiscal.....	183
6.2.6.8.3	Deliberações sociais.....	185
6.2.6.9	Dissolução.....	189
6.2.7	Sociedade anônima.....	190
6.2.7.1	Evolução histórica.....	191
6.2.7.2	Características.....	192
6.2.7.3	Objeto social.....	193
6.2.7.4	Nome empresarial.....	194
6.2.7.5	Sociedades anônimas fechadas e abertas.....	195
6.2.7.6	Mercado de valores mobiliários.....	196
6.2.7.7	A Comissão de Valores Mobiliários.....	197
6.2.7.8	Constituição da companhia.....	198

6.2.7.8.1	Subscrição pública.....	198
6.2.7.8.2	Subscrição particular.....	201
6.2.7.8.3	Formalidades complementares à constituição	201
6.2.7.9	Capital social.....	202
6.2.7.10	Integralização das ações subscritas.....	204
6.2.7.11	Valores mobiliários.....	205
6.2.7.11.1	Ações.....	206
6.2.7.11.1.1	Valor da ação.....	210
6.2.7.11.2	Partes beneficiárias.....	211
6.2.7.11.3	Debêntures.....	212
6.2.7.11.3.1	Espécies de debêntures.....	214
6.2.7.11.3.2	Emissão das debêntures.....	214
6.2.7.11.4	Bônus de subscrição.....	216
6.2.7.11.5	Nota Comercial.....	216
6.2.7.12	Acionistas.....	217
6.2.7.12.1	Deveres.....	217
6.2.7.12.2	Direitos.....	218
6.2.7.12.2.1	Direito de voto.....	220
6.2.7.12.2.2	Voto abusivo.....	222
6.2.7.13	Acionista controlador.....	222
6.2.7.13.1	Alienação do controle.....	225
6.2.7.13.2	Ofertas públicas para a aquisição (OPA) ...	226
6.2.7.14	Acordo de acionistas.....	228
6.2.7.14.1	Natureza do acordo de acionistas.....	228
6.2.7.14.2	Espécies de acordo de acionistas e efeitos.	230
6.2.7.15	Órgãos sociais.....	232
6.2.7.15.1	A assembleia geral.....	232
6.2.7.15.1.1	Convocação da assembleia geral.....	233
6.2.7.15.1.2	Quórum de instalação e quórum de votação.....	234
6.2.7.15.1.3	Espécies de assembleias.....	236
6.2.7.15.2	Administradores.....	237
6.2.7.15.2.1	Conselho de administração.....	238
6.2.7.15.2.2	Diretoria.....	241
6.2.7.15.2.3	Requisitos e impedimentos à nomea- ção dos administradores.....	242

6.2.7.15.2.4	Deveres dos administradores.....	243
6.2.7.15.2.5	Responsabilização dos administradores.....	247
6.2.7.15.2.6	Ação de responsabilização dos administradores.....	250
6.2.7.15.3	Conselho Fiscal	251
6.2.7.16	Demonstrações financeiras	253
6.2.7.17	Lucros, reservas e dividendos	254
6.2.7.18	Dissolução, liquidação e extinção da companhia.....	255
6.2.7.18.1	Dissolução parcial de sociedade anônima..	257
6.2.7.19	Incorporação, fusão e cisão.....	258
6.2.7.20	Transformação	260
6.2.8	Sociedade em comandita por ações	260
6.2.9	Sociedade cooperativa	261
	Quadro mnemônico.....	263

CAPÍTULO 4

Falência e Recuperação Judicial	265
1. Aspectos gerais.....	265
1.1 Decreto-lei n. 7.661/45 e a nova Lei de Falência.....	266
1.2 Competência jurisdicional para a falência e a recuperação	269
1.3 Juízo universal e indivisível	271
2. Falência	273
2.1 Pressupostos da falência	274
2.1.1 Sujeitos submetidos à Lei de Falência – sujeitos passivos.....	274
2.1.2 Sujeitos excluídos da falência e da recuperação	277
2.1.3 Insolvência.....	279
2.1.3.1 Impontualidade injustificada	280
2.1.3.2 Execução frustrada	281
2.1.3.3 Atos de falência	282
2.1.4 Sujeitos ativos.....	283

2.2	Procedimento do pedido de falência.....	284
2.2.1	Impontualidade injustificada e execução frustrada...	284
2.2.2	Prática de ato de falência	285
2.2.3	Pedido de autofalência	287
2.3	Sentença denegatória da falência.....	288
2.4	Sentença declaratória da falência.....	289
2.5	Efeitos jurídicos da falência.....	292
2.5.1	Efeitos em relação aos direitos dos credores.....	292
2.5.1.1	Vencimento antecipado de todas as obrigações do falido.....	293
2.5.1.2	Conversão dos créditos em moeda estrangeira.	294
2.5.1.3	Formação da massa de credores.....	294
2.5.1.4	Suspensão das ações e execuções individuais..	294
2.5.1.4.1	Reclamações trabalhistas.....	295
2.5.1.4.2	Execuções fiscais.....	295
2.5.1.4.3	Ações que demandam quantia ilíquida	296
2.5.1.5	Suspensão do curso da prescrição	297
2.5.1.6	Suspensão da fluência dos juros contra a massa falida	297
2.5.1.7	Disciplina dos direitos e deveres dos coobrigados solidários	298
2.5.1.8	Direitos dos credores na falência.....	300
2.5.2	Efeitos da falência em relação ao representante do falido.....	300
2.5.2.1	Obrigações impostas ao falido ou ao representante da pessoa jurídica falida	301
2.5.2.2	Restrições impostas ao falido	302
2.5.2.2.1	Proibição para o exercício da atividade empresarial.....	302
2.5.2.2.2	Perda do direito de administrar e dispor de seus bens.....	302
2.5.2.2.3	Perda da legitimação <i>ad causam</i>	303
2.5.2.2.4	Suspensão do direito ao sigilo de correspondência.....	303
2.5.2.2.5	Restrição ao direito de ausentar-se da comarca	304
2.5.3	Efeitos da falência em relação aos sócios da sociedade falida	304

2.5.4	Efeitos da falência em relação aos contratos do falido .	306
2.5.4.1	Regras especiais impostas a determinados contratos do falido.....	308
2.5.4.1.1	Contrato de compra e venda de coisa em trânsito	308
2.5.4.1.2	Contrato de compra e venda de coisas compostas.....	309
2.5.4.1.3	Contrato de compra e venda de bens móveis a prestação	309
2.5.4.1.4	Contrato de compra e venda com reserva de domínio.....	310
2.5.4.1.5	Compra e venda de coisas vendidas a termo com cotação em bolsa ou mercado....	310
2.5.4.1.6	Promessa de compra e venda de imóveis...	311
2.5.4.1.7	Contrato de locação.....	311
2.5.4.1.8	Compensação e liquidação de obrigações do Sistema Financeiro Nacional	312
2.5.4.1.9	Contrato de mandato	312
2.5.4.1.10	Contrato de conta corrente	313
2.5.4.1.11	Contrato de trabalho	313
2.5.4.1.12	Contratos de sociedade.....	314
2.5.4.2	Compensação das dívidas do falido	314
2.5.5	Efeitos da falência em relação aos atos do falido	315
2.5.5.1	Ineficácia objetiva	316
2.5.5.1.1	Atos praticados no período do termo legal .	316
2.5.5.1.2	Atos praticados no período de dois anos anteriores à decretação da falência	318
2.5.5.1.3	Alienação ou transferência de estabelecimento empresarial independentemente do período	319
2.5.5.1.4	Atos praticados após a sentença declaratória de falência	320
2.5.5.2	Ineficácia subjetiva.....	320
2.5.5.3	Ação revocatória.....	320
2.6	Administração da falência.....	322
2.6.1	O juiz	323
2.6.2	O Ministério Público	323

2.6.3	O administrador judicial	324
2.6.3.1	Nomeação	324
2.6.3.2	Impedimentos	325
2.6.3.3	Funções do administrador	326
2.6.3.4	Remuneração do administrador judicial.....	329
2.6.3.5	Substituição e destituição do administrador judicial	330
2.6.3.6	Responsabilidade do administrador judicial	332
2.6.4	Assembleia geral de credores.....	332
2.6.4.1	Composição.....	333
2.6.4.2	Atribuições.....	334
2.6.4.3	Convocação e deliberação	335
2.6.5	Comitê de credores	336
2.6.5.1	Constituição	337
2.6.5.2	Composição.....	338
2.6.5.3	Atribuições	339
2.6.5.4	Remuneração	340
2.6.5.5	Substituição, destituição e responsabilidade.....	340
2.7	Fase falimentar	341
2.7.1	Verificação de crédito	342
2.7.1.1	Impugnação ao crédito trabalhista.....	344
2.7.1.2	Habilitações retardatárias	345
2.7.1.3	Retificação do quadro geral de credores.....	346
2.7.1.4	Incidente de classificação de crédito público	347
2.7.2	A apuração do ativo	347
2.7.2.1	Arrecadação dos bens.....	347
2.7.2.2	Inventário e avaliação	349
2.7.2.3	Bens que não serão arrecadados.....	350
2.7.2.4	Suspensão do direito de retenção.....	351
2.7.2.5	Venda antecipada dos bens	352
2.7.2.6	Bens arrecadados e contratos para a produção de renda.....	353
2.7.3	Pedido de restituição	353
2.7.3.1	Pedido de restituição da coisa	354
2.7.3.2	Pedido de restituição da mercadoria.....	355

2.7.3.3	Pedido de restituição em dinheiro.....	356
2.7.3.4	Procedimento do pedido de restituição.....	357
2.7.4	Embargos de terceiro.....	358
2.7.5	Realização do ativo.....	358
2.7.5.1	Formas de liquidação.....	359
2.7.5.2	Sucessão das obrigações na liquidação.....	360
2.7.5.3	Modalidades de realização do ativo.....	360
2.7.5.3.1	Modalidades ordinárias.....	361
2.7.5.3.2	Modalidades extraordinárias.....	363
2.7.5.3.2.1	Constituição de sociedade de credores	363
2.7.5.4	Aquisição e adjudicação imediatas.....	364
2.7.6	Pagamento dos credores.....	365
2.7.6.1	Classificação dos créditos.....	365
2.7.6.1.1	Créditos Extraconcursais.....	366
2.7.6.1.1.1	Despesas indispensáveis à administração da falência.....	366
2.7.6.1.1.2	Créditos trabalhistas prioritários.....	367
2.7.6.1.1.3	Crédito do financiador do devedor em recuperação judicial.....	368
2.7.6.1.1.4	Pedido de restituição em dinheiro.....	368
2.7.6.1.1.5	Remuneração do administrador judicial, dos auxiliares e dos empregados da massa.....	369
2.7.6.1.1.6	Débitos contraídos durante a recuperação judicial ou após a decretação da falência.....	369
2.7.6.1.1.7	Quantias fornecidas à massa pelos credores.....	370
2.7.6.1.1.8	Despesas do procedimento falimentar e custas do processo de falência.....	370
2.7.6.1.1.9	Custas judiciais relativas às ações e às execuções em que a massa falida tenha sido vencida.....	370
2.7.6.1.1.10	Tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência.....	371
2.7.6.1.2	Créditos concursais.....	371
2.7.6.1.2.1	Créditos trabalhistas e decorrentes de acidentes de trabalho.....	371

2.7.6.1.2.2	Créditos com garantia real	373
2.7.6.1.2.3	Créditos tributários	373
2.7.6.1.2.4	Créditos quirografários	373
2.7.6.1.2.5	Multas contratuais e penas pecuniárias	374
2.7.6.1.2.6	Créditos subordinados.....	374
2.7.6.1.2.7	Juros vencidos após a decretação de falência	375
2.7.6.2	Rateios suplementares	375
2.7.6.3	Valores remanescentes da liquidação do ativo ..	376
2.7.7	Encerramento da falência	376
2.7.8	Prestação de contas	376
2.7.9	Relatório final e sentença de encerramento	377
2.8	Extinção das obrigações	378
3.	Recuperação judicial	379
3.1	Aspectos gerais	379
3.2	Legitimidade para requerer a recuperação judicial	380
3.2.1	Liticonsórcio ativo	382
3.3	Créditos sujeitos à recuperação judicial	383
3.4	Pedido de recuperação judicial.....	384
3.5	Processamento da recuperação judicial	386
3.6	Verificação de créditos	389
3.7	O plano de recuperação judicial.....	389
3.8	Meios da recuperação judicial	390
3.8.1	Limitações aos meios de recuperação	391
3.9	Apreciação do plano de recuperação	392
3.9.1	Apreciação do plano pela assembleia geral de credores.....	393
3.9.2	Forma alternativa de concessão da recuperação judicial	395
3.9.3	Termo de adesão.....	396
3.10	Plano de recuperação judicial apresentado pelos credores	396
3.11	Concessão da recuperação judicial	397
3.11.1	Efeitos da concessão da recuperação judicial.....	397
3.12	Administração da empresa pelo devedor ou seu afastamento	399

3.13	Sentença de encerramento da recuperação judicial	400
3.14	Convolação da recuperação judicial em falência	402
3.15	Recuperação judicial de microempresas e empresas de pequeno porte	403
4.	Recuperação extrajudicial	406
4.1	Legitimidades ativa e passiva.....	406
4.2	Homologação facultativa	408
4.3	Homologação obrigatória.....	408
4.4	Plano de recuperação extrajudicial.....	409
4.5	Pedido de homologação do plano de recuperação	410
4.6	Efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial	412
5.	Insolvência transnacional	412
6.	Disposições penais na falência e recuperação	414
6.1	Disposições comuns	415
6.1.1	Sujeitos ativos	415
6.1.2	Condição objetiva de punibilidade	416
6.1.3	Prescrição	416
6.1.4	Princípio da unicidade	417
6.1.5	Efeitos da sentença condenatória	418
6.2	Crimes em espécie.....	419
6.2.1	Fraude a credores	419
6.2.2	Violação de sigilo empresarial	420
6.2.3	Divulgação de informações falsas	421
6.2.4	Indução a erro.....	422
6.2.5	Favorecimento de credores	422
6.2.6	Desvio, ocultação ou apropriação de bens	423
6.2.7	Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens	423
6.2.8	Habilitação ilegal de crédito	424
6.2.9	Exercício ilegal de atividade	424
6.2.10	Violação de impedimento	425
6.2.11	Omissão dos documentos contábeis obrigatórios	425
6.3	Procedimento penal	426
6.3.1	Apuração do crime.....	426
6.3.2	Ação penal.....	427

6.3.3	Competência	427
6.3.4	Procedimento sumário.....	429
	Quadro mnemônico.....	430
	Tabela de prazos.....	439

CAPÍTULO 5

Títulos de Crédito	441
1. Origem histórica.....	441
2. Fontes legislativas	442
3. Conceito.....	443
4. Características	444
4.1 Literalidade.....	444
4.2 Cartularidade	444
4.3 Autonomia	445
4.4 Abstração	446
4.5 Inoponibilidade das exceções pessoais	447
5. Classificação dos títulos de crédito.....	448
5.1 Quanto à natureza	448
5.2 Quanto à tipicidade.....	448
5.3 Quanto ao modo de circulação	449
5.4 Quanto ao emissor.....	450
5.5 Quanto à estrutura jurídica.....	450
6. Elementos do título	451
7. Letra de Câmbio.....	451
7.1 Conceito	451
7.2 Formação.....	452
7.3 Requisitos essenciais	452
7.4 Requisitos não essenciais.....	454
7.5 Vencimento	454
7.6 Aceite	455
7.7 Endosso.....	457
7.7.1 Espécies de endosso	458
7.7.2 Cessão de créditos e o endosso.....	461
7.8 Aval	462

7.8.1 Fiança e aval.....	463
7.9 Pagamento.....	464
7.10 Protesto	466
7.11 Ressaque	468
7.12 Ação cambial.....	468
7.13 Prescrição	469
8. Nota promissória.....	470
8.1 Conceito	470
8.2 Disciplina jurídica	470
8.3 Requisitos essenciais	471
8.4 Vencimento.....	471
8.5 Endosso, aval, pagamento, ressaque, ação cambial e prescrição.....	472
9. Cheque	473
9.1 Conceito	473
9.2 Disciplina jurídica	474
9.3 Requisitos essenciais	474
9.4 Transmissão do cheque. Endosso e cessão de crédito	476
9.5 Aval	478
9.6 Pagamento.....	479
9.7 Sustação de pagamento.....	480
9.8 Protesto	481
9.9 Prescrição	481
9.10 Tipos de cheque	482
9.10.1 Cheque pós-datado.....	482
9.10.2 Cheque cruzado	483
9.10.3 Cheque para ser creditado em conta	484
9.10.4 Cheque visado	484
9.10.5 Cheque administrativo	484
9.10.6 Cheque de viagem	485
10. Duplicata	485
10.1 Conceito	485
10.2 Disciplina jurídica	486
10.3 Requisitos essenciais	486
10.4 Aceite	487

10.5	Pagamento	488
10.6	Aval e endosso.....	488
10.7	Protesto	489
10.8	Ação cambial.....	489
10.9	Prescrição.....	490
10.10	Duplicata escritural, eletrônica ou virtual	490
	Quadro mnemônico.....	492
	Tabela de prazos.....	493

CAPÍTULO 6

Contratos Empresariais.....	495
1. Teoria geral do contrato empresarial	495
1.1 Princípios gerais.....	496
1.2 Interpretação dos contratos mercantis	498
2. Espécies de contratos	500
2.1 Contrato de compra e venda mercantil	500
2.1.1 Classificação	501
2.1.2 Elementos do contrato	503
2.1.2.1 O consentimento	503
2.1.2.2 A coisa.....	503
2.1.2.2.1 Venda <i>ad corpus</i> e <i>ad mensuram</i>	505
2.1.2.2.2 Venda sob amostras	505
2.1.2.3 O preço.....	506
2.1.3 Obrigações do vendedor e do comprador.....	507
2.1.4 Despesas com a tradição	508
2.1.5 Partes.....	509
2.1.6 Cláusulas especiais	510
2.1.6.1 Cláusula de retrovenda.....	510
2.1.6.2 Cláusula de venda a contento e sujeita à prova	511
2.1.6.3 Cláusula de preferência ou preempção.....	512
2.1.6.4 Cláusula de reserva de domínio.....	512
2.2 Contratos de colaboração	513
2.2.1 Contrato de agência, distribuição ou representação comercial.....	514

2.2.2	Contrato de concessão mercantil	517
2.2.3	Contrato de comissão mercantil	522
2.2.4	Contrato de mandato mercantil	523
2.2.5	Contrato de franquia	525
2.2.5.1	Classificação do contrato de franquia	527
2.2.5.2	Obrigações dos contratantes	529
2.2.5.3	Circular de Oferta de Franquia (COF)	530
2.2.5.4	Extinção do contrato	531
2.3	Contratos bancários	531
2.3.1	Depósito bancário	533
2.3.2	Mútuo bancário	534
2.3.3	Desconto bancário	534
2.3.4	Abertura de crédito	535
2.4	Contrato de <i>factoring</i>	536
2.5	Contrato de arrendamento mercantil ou <i>leasing</i>	537
2.5.1	Espécies de contrato de <i>leasing</i>	539
2.5.2	O valor residual garantido (VRG)	540
2.6	Alienação e cessão fiduciária em garantia	541
2.6.1	Alienação fiduciária em garantia de coisas móveis infungíveis	542
2.6.2	Alienação fiduciária em garantia de imóveis	543
2.6.3	Alienação fiduciária em garantia de coisas fungíveis e direitos	545
2.6.3.1	Requisitos para a constituição	547
2.7	Contrato de seguro	550
2.7.1	Sistema Nacional de Seguros Privados	551
2.7.2	Classificação do contrato de seguro	552
2.7.3	Elementos do contrato de seguro	553
2.7.3.1	A proposta e a aceitação	553
2.7.3.2	O interesse segurado	554
2.7.3.3	O risco	555
2.7.3.4	O prêmio	556
2.7.3.5	Indenização pela ocorrência do sinistro	556
2.7.4	Espécies de contratos de seguro	557
2.7.4.1	Seguro de dano	557

2.7.4.2	Seguro de pessoas	559
2.7.4.2.1	Seguro de vida	560
2.7.4.2.2	Seguro de acidentes pessoais	562
<i>Referências</i>		563